TL387

TIMOR LESTE

Clube de Fotografia

Escola Secundária Infanta D. Maria

Timor-Leste

Violação dos Direitos Humanos

Exposição Fotográfica : 27.2 a 10.3

Conferência : 1.3.89

Clube de Fotografia
Escola Secundária Infanta D. Maria

TIMOR.
Violação dos Direitos Humanos: exposição

Timor-Leste: cruel, a realidade de um povo que luta por tudo aquilo que construiu. Nao é o único; nem sequer muito numeroso; não é, certamente, o mais noticiado. Porém, aquela ilha conserva em si algo a que não podemos ser indiferentes. Algo português. Não o podemos ignorar, assim como não podemos esquecer o que se passa lá no que respeita aos direitos mais fundamentais que todos os homens deveriam ter: a livre afirmação ideológica, cultural, religiosa, o direito à liberdade e à vida.

Com esta Exposição, intitulada "Violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste", pretende o Clube de Fotografia que um número cada vez maior de pessoas tomasse conhecimento da situação que se vive naquele território, juridicamente ainda sob administração portuguesa. A esse propósito reunimos todos os documentos agora apresentados, numa tentativa de sensibilizar não só os que visitam esta mostra, mas também aqueles que têm ao seu alcance meios para tomar medidas mais fortes, para ajudar o povo de Timor-Leste na sua luta pela autodeterminação.

Não desejamos, de modo algum, fazer a análise desta realidade sem dúvida injusta. Mesmo que o pretendessemos, não teríamos meios nem conhecimentos para tal. No entanto, estas fotografias e demais documentos espelham, só por si, o total desrespeito por uma cultura; elas chocam-nos com os atentados à vida perpetrados pelo exército Indonésio. Não são requeridos muitos conhecimentos para avaliar a gravidade destes documentos. Basta, tão somente, dispensar-lhes alguma atenção.

Nao deixaremos esta oportunidade sem agradecer, desde já, a todos os que colaboraram com a nossa iniciativa, quer pela cedência de documentos e fotografias, quer pela prestacão de outros auxílios indispensáveis.

A situação antes da invasão.

Timor é uma das ilhas pertencentes ao Arquipélago de Sonda, que se prolonga ao longo de cerca de 4000 Km, a partir da península de Malaca, até cerca de 500 km a norte da Austrália.

Na extensão correntemente designada por Timor-Leste estão compreendidos não só a metade oriental da ilha, mas também a ilha de Ataúro e o enclave de Oc-cusse ,além do ilhéu de Jaco.

Este território, com uma área de aproximadamente 19.000 Km2, e uma população de cerca de 700.000 habitantes em 1975, e no qual estavam a decorrer acções tendentes a uma descolonização a médio prazo, viu-se envolvido nesse ano em diversos acontecimentos que conduziram à anexação à força pela República Indonésia.

Quando os Portugueses aportaram a Timor pela primeira vez, em princípios do séc. XVI, a ilha encontrava-se então dividida em dois grupos de reinos,um sob a hegemonia do reino de Sombay, e o outro do reino de Behale. Foram estas duas grandes áreas que vieram posteriormente, na época colonial, a dar origem ao Timor-Holandês e ao Timor-Português, respectivamente.

A também chamada Confederação dos Belos, no Timor Oriental,utilizava já nessa altura uma língua comum, o Tetum, que a evidenciava do reino de Sombay, na metade ocidental da ilha. É esta a língua que ainda hoje é falada em Timor-Leste pela população local.

Em 1945, as Índias Orientais Holandesas tornam-se independentes, originando a República Indonésia, da qual passa a fazer parte o Timor Oriental. Desde essa data até 1974, o governo indonésio afirma continuamente não ter quaisquer pretensões territoriais em relação à metade oriental da ilha, como aliás é referido no excerto da carta que a seguir transcrevemos:

"O Governo da Indonésia continua, presentemente, a aderir aos seguintes princípios:

I. A independência de qualquer país é um direito que têm todas as nações, sem excepção para o povo de Timor.

II. Nem o Governo nem o povo da Indonésia têm qualquer intenção de expandir o seu território, ou ocupar outros territórios, além dos que estão estipulados na sua Constituição. A reiteração deste princípio destina-se a dar a V. Exa. uma ideia clara, a fim de que não fiquem dúvidas, no espírito do povo de Timor, ao exprimir os seus próprios desejos.

III. Por esta razão, quem quer que seja que governe em Timor no futuro, depois da independência, pode ter a certeza de que o Governo da Indonésia há-de sempre procurar manter boas relações de amizade e cooperação a bem dos dois países."

Carta do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia ao representante da ASDT (Associação Social Democrática Timorense) em 17.Jun.74

Com a revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, o acesso à independência por parte das antigas colónias portuguesas torna-se possível, criando-se pouco depois em Timor-Leste dois partidos com implantação popular: a UDT (União Democrática Timorense) e a ASDT (Associação Social Democrática Timorense).

A UDT pretende de início uma federação com Portugal, depois começa a defender a independência e mais tarde, alguns dos seus dirigentes acabam por pedir a integração na Indonésia,

A ASDT, que viria depois a tornar-se FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), teve sempre como objectivo a independência do território.

Com o apoio da Indonésia surge ainda um terceiro partido, a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor), cujo programa, segundo A. Barbedo de Magalhães, "previa (...) a união (à Indonésia) sob a forma de um estado autónomo, em que o português continuaria como língua de cultura e a religião católica gozaria de um estatuto privilegiado".

Entretanto, a 27 de Julho de 1974, é anunciado em Lisboa pelo General António Spínola que Portugal iria dar início a um processo de descolonização, no qual é reconhecido o direito a autodeterminação e independência de todos os seus territórios coloniais.

Timor encontra-se incluido, mas a situação no território é instável. O processo de nomeação de um novo governador arrasta-se por vários meses... A Indonésia muda de posição face à questão: a 4 de Outubro é afirmado pelo chefe dos serviços secretos indonésios, General Ali Muertopo, que Timor só poderia ser português ou indonésio - Jacarta não aceitaria outra solucao.

Já em Londres, a 9 de Marco de 1975, numa reunião entre representantes portugueses e indonésios, é sugerido por Portugal que a Indonésia vá auxiliando economicamente o território por forma a recolher a simpatia da população local, e que ajude discretamente a APODETI, pois Lisboa "nada fará para que uma das opções seja a ligação a Portugal".

Em Maio de 1975 a UDT rompe a coligação que até então tinha com a FRETILIN, desde Janeiro. Na noite de 10 para 11 de Agosto desencadeia um golpe, como contra-medida ao que se julgava a FRETILIN estar a preparar para dia 15. A guerra civil inicia-se, acompanhada de uma retirada da administração e forcas militares portuguesas. A partir do fim desse mês a FRETILIN controla praticamente todo o território, vindo a declarar unilateralmente a independência a 26 de Novembro, que foi rapidamente reconhecida por doze paises, mas dos quais nenhum era a Indonésia ou Portugal.

Em Roma, o Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal encontra-se com o seu homólogo indonésio, concordando ambos em prosseguir o processo de descolonização em curso, salvaguardando os interesses dos paises da área. A 5 de Dezembro, o presidente americano visita Jacarta e da luz verde a Indonésia para a invasão de Timor.

A invasão e suas consequências

Com o abandono de Timor por parte das tropas portuguesas, aliando-se ao caos derivado da guerra civil, estavam reunidas as condições para que se consumasse a invasão indonésia, que já há tempo se adivinhava.

A 7 de Dezembro de 1975 as forças militares indonésias, que desde há dias se vinham agrupando perto da ilha, ocupam a parte leste do território quase sem oposição. A resistência, pequena e mal equipada, para além de desorganizada pelas disputas anteriores, refugiou-se nas montanhas.

Ainda no mesmo dia, Portugal denunciou a invasão ao Conselho de Segurança da O.N.U., mas nada havia a fazer. Pouco tempo depois foi constituído um governo provisório na ilha, que nomeou uma "Assembleia Popular Representativa", reconhecida pelo presidente Suharto; os critérios que presidiram a eleição desta assembleia não foram divulgados.

A partir de então, assistiu-se a uma tentativa de eliminar a resistência da população no mais curto espaço de tempo possível. O exército indonésio recorreu a massacres colectivos, execuções de pessoas "potencialmente perigosas" e suas famílias e prisão de centenas de timorenses em "aldeamentos geoestratégicos" onde as pessoas foram "repartidas em pequenos grupos intencionalmente sem expressão, com vista obviamente a destruir os seus laços ancestrais de caracter étnico", como refere o Dr. Moisés do Amaral, presidente da Comissão Política da UDT.

Porem, 13 anos volvidos, a população ainda se bate pela libertação. O número de vítimas deste genocídio não é exactamente conhecido, mas não deverá ser inferior a 300.000 mortos, devidos quer às tropas indonésias, quer às fomes e doenças que advieram da invasão. Este número contitui entre um quarto e metade da população de Timor-Leste em 1975.

Os métodos utilizados no combate à resistência têm variado com o decorrer do tempo. No início verificaram-se chacinas em massa, sendo de salientar a utilização, por parte do exército indonésio, de barreiras humanas de naturais de Timor, que serviam de escudo nas investidas contra as Falintil (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste). Recorreram também ao cerco de populações, que eram massacradas em seguida e execuções em grupo de centenas de pessoas. Agora é de intenção das autoridades indonésias proceder à esterilização de cerca de 10.000 mulheres timorenses, o que, segundo os responsáveis javaneses, iria melhorar as condições de vida das restantes crianças, reduzindo os afectados pela fome. Porém, somos levados a perguntar se este não será mais um expediente para que não haja problemas no futuro, no que respeita a revoltas e à contestação do invasor. De resto, os jovens estudantes que agora estão integrados no sistema de ensino em Timor-Leste começam a dar voz a manifestações como protesto

pela descriminação de que são alvo enquanto naturais do Povo Maubere. O governo de Jacarta apercebeu-se que tem que se acautelar com os jovens timorenses, pois estes preconizam ainda os ideais de autodeterminacao do território.

Mas qual a verdadeira razão para que o exército indonésio não tenha ainda dominado a situação ? Não será pela falta de homens para combater, nem tão pouco pela insuficiência de armamento, pois este é suficiente e bastante sofisticado. Também a heróica resistência dos timorenses não basta para justificar tudo. Não é, por tais motivos, de excluir a falta de ânimo por parte dos soldados indonésios, que lutam por um ideal com que muitos não concordam. Na verdade, pode constatar-se que não são poucos os que se recusam a combater o Povo Maubere. Mas estes são apenas uma minoria e a questão é abafada pelas autoridades indonésias.

Assim, para que alguns paises continuem a gozar da estabilidade politico-militar daqueia zona, como é o caso dos E.U.A., Austrália, India, Nova Zelândia e de alguns paises aliados de Portugal, continua a escorrer o sangue de um povo, como atestam os seguintes documentos:

A tragédia de Timor
Relatório deste triste cativeiro

"No dia 23 de Novembro de 1978 na montanha de Uadaboro uma das Cordilheiras de Matebia situado na parte leste da ilha de Timor Leste foram mortas à rajada de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas, crianças de todas as idades, adultos e velhos quando se vieram render confiando nas propagandas aliciantes feitas pelos indonésios que diziam vir apenas para ajudar o povo de Timor, e para o seu progresso.

O mesmo aconteceu em Taipo onde 300 pessoas foram mortas do mesmo modo, bem como em quase todas as partes da província embora em pequeno número.

As mulheres novas, solteiras e casadas, eram isoladas em cabanas e forçadas a praticar actos sexuais com os soldados javaneses. Quando resistiam eram então despidas e queimadas com pontas de cigarros. A maioria delas, como nem às torturas cedessem, depois de violentadas, eram fuziladas.

Várias mulheres casadas eram amarradas juntamente com os maridos e depois de violadas diante deles, eram ambos abatidos.

Os rapazes e homens válidos, na maioria eram convocados para acompanhar os soldados na caça dos guerrilheiros da libertação e ao chegar ao meio dos matagais, eram fuzilados, informando-se os familiares que tinham fugido para o mato."

"No Posto de Uatolari do Concelho de Viqueque foram exterminados todos os rapazes com a habilitação mínima de 2a. classe da Instrução primária para cima. Outras vezes, os fuzilamentos faziam-se à frente dos familiares, dos pais, ou esposas.

Durante a minha estadia no mato desde o dia da invasão a 7 de Dezembro de 1975, até ao dia 23 de Novembro de 1978, dia da minha rendição, cerca de 20% da população timorense foi chamada, continuando os restantes ainda a resistir, refugiados no mato.

Os indonésios utilizaram vários tipos de fuzilamento: uns eram mortos à bala, outros atirados de helicóptero para terra, outros lançados ao mar com pedras penduradas nos pés, etc.

Nestes massacres foram utilizados quase todos os tipos de material belico: força aérea, bombardeiros, aviões caças e helicópteros com metralhadoras adaptadas.

Nos bombardeamentos aéreos são utilizados vários tipos de bombas sem excluir as de napalm, em ataques cerrados, na maioria das vezes sobre lugares onde se concentrava mais a população, no sopé da montanha de Matebia onde, num dia, lançaram cerca de 600 a 700 bombas.

Todas as aldeias timorenses se encontram totalmente destruidas de uma ponta até à outra da ilha de Timor.

Os sobreviventes desta terrível guerra vivem concentrados em postos."

"Os guerrilheiros ou elementos do povo que foram aliciados com propaganda falsa e se entregaram, na maioria das vezes foram fuzilados.

Foram várias as tácticas de aliciamento: distribuição do arroz, em latas de leite condensado, açucar, cigarros, roupas, etc , etc... Estas distribuições escusado será dizer que depois de alguns dias deixavam de se fazer.

Neste momento, em cada posto morrem cerca de 70 a 80 pessoas por dia. Parece ser intenção do inimigo aniquilar toda a raça timorense. Por vezes alguns desses infelizes são autorizados a ir para o mato a fim de arranjar qualquer tubérculo para matar a fome; no regresso, são acusados de terem entrado em contacto com os guerrilheiros, e a seguir são fuzilados.

A maior prisão funciona em Dili. No sistema imperialista indonésio, quem vai para a prisão é para morrer. Só uma minoria consegue salvar-se no caso de conseguir pagar a vida com bens materiais.

Ora o povo timorense sempre foi um povo pobre sendo poucos os que dispoem de ouro e pratas; e mesmo estes foram expoliados dos seus bens no principio da invasão.

Desde 1975 até Julho de 1980 os prisioneiros políticos foram quase todos mortos mas, a partir de Julho de 1980, os fuzilamentos diminuiram, por causa da presença da Cruz Vermelha Internacional.

Se estes prisioneiros forem visitados, por qualquer delegação internacional, são obrigados a dizerem que não são prisioneiros politicos mas sim prisioneiros criminosos. Os que dissessem a verdade seriam mortos depois do regresso dos visitantes.

Ultimamente a maior parte dos prisioneiros são desterrados para a ilha de Ataúro e de muitos outros não se sabe o paradeiro.

Em Ataúro encontram-se neste momento cerca de 600 prisioneiros: homens, mulheres e velhos. Ultimamente estão a fazer planos para desterrar todas as famílias dos guerrilheiros da libertação.

As torturas são de vários tipos, e inacreditáveis: o ferro em brasa, as cadeiras eléctricas, as pontas de cigarro, o arrancar das unhas com alicates, golpes com lâminas, meter os dedos dos pés debaixo das pernas das mesas com grandes pesos em cima etc., com o fim de conseguirem informações ou para obrigar a denunciar os que se mantêm mais firmes no ideal patriótico.

Durante estas torturas as vítimas encontram-se nuas e as queimaduras são feitas em todas as partes do corpo e principalmente nos órgãos sexuais.

As mulheres aprisionadas são forçadas de noite a praticar relações sexuais com todos os soldados do posto de segurança, mas muitas preferem morrer antes que pecar como sucedeu com Rosa Bonaparte e Maria Goreti e muitas outras.

(...)

Saiu já uma ordem para que todos os timorenses dos 15 aos 50"

"anos sejam alistados na guerra contra os guerrilheiros da libertação, incluindo mulheres e estudantes, obrigando-os depois a marchar na frente como escudo na luta contra os seus próprios irmãos.

O mundo considera que a luta do povo de Timor terminou. Na rádio e nos jornais ninguém mais fala do povo de Timor Leste. Porém a resistência continua até à vitoria total. Esta é a única aspiração dos 85% do povo de Timor mesmo que a maioria neste momento esteja sob o poder do inimigo. Porém, no íntimo dos seus corações anseiam pela liberdade."

Relatório publicado no número de Fevereiro de1982
da revista **Magnificat** dos Padres Jesuitas

Intervenção de Cristiano Costa na Comissão de Direitos Humanos

"Pela segunda vez um refugiado timorense testemunhou a sua experiência perante as Nações Unidas, apoiado desta vez pelas autoridades governamentais portuguesas (Março,1988)."

"Sou um timorense que conseguiu fugir de Timor-Leste, abandonando a minha terra e os meus parentes para dar o meu testemunho sobre violações aos direitos humanos perpetrados pelos militares indonésios em Timor-Leste. Fugi de Timor em Dezembro de 1987 e, passando pela Indonésia, cheguei a Macau em 31 de Dezembro de 1987.

As forças indonésias invadiram a cidade de Dili no dia 7 de Dezembro de 1975 e três dias depois invadiram a minha cidade natal, Baucau. Nesse mesmo dia vi paraquedistas indonésios torturarem e executarem timorenses depois de os capturarem. Outros foram enviados para as prisões de Baucau, Flamboyant e RTP (antiga base de uma das companhias do exército português). Tinha então 15 anos. Face a este ambiente de terror fuji para o mato, para as áreas controladas pelos resistentes timorenses.

Em 1979, um dos meus irmãos foi morto pelos militares indonésios e eu fui capturado pelas forças indonésias em Ostiko, região de Baucau, e fiquei detido até 1980 na base militar de Baucau.

Em 1981, na operação levada a cabo pelas forças militares indonésias, denominada " Operasi Pagar-Kikis I ", fui obrigado pelos militares a participar nesta operação que era comandada pelo Coronel Sahala Rajaguguh e mobilizava 40 batalhões indonésios e a população civil de Timor-Leste. Durante esta operação vi as forças indonésias massacrarem sem dó nem piedade crianças, mulheres, velhos e inválidos, em Aitana, na zona de Laclufa.

Em Abril de 1982, em preparação para as primeiras eleições impostas em Timor-Leste pelo governo indonésio, os militares aprisionaram um grande número de pessoas da parte leste de Timor. Também fiz parte de um grupo de 324 pessoas presas e levadas para a zona de Taci-Tolu, perto de Dili. Fomos libertados ao fim de três meses.

Em 1983, após o cessar fogo entre a guerrilha e as forças militares indonésias, verificou-se uma nova vaga de massacres e aprisionamentos de pessoas suspeitas de simpatia com a Fretilin, nas vilas ocupadas em todo o território. Para não falar de outros casos de massacres, cito apenas o massacre já conhecido de Craras, onde uma população de mais de 2000 pessoas foi quase totalmente exterminada. Foi na sequência destes acontecimentos que fui preso novamente em 28 de Agosto de 1983, em Baucau, suspeito de colaborar com a Fretilin."

"Fui submetido a interrogatórios e à tortura. Durante duas semanas em Baucau e em Dili sofri choques eléctricos, espancamentos, queimaduras e partiram-me os dentes. Ainda me lembro do nome do oficial indonésio encarregado da tortura e dos interrogatórios: era o capitão A. Haryanto.

Em 2 de Setembro do mesmo ano amarraram-me, juntamente com 20 prisioneiros entre os quais se encontrava outro dos meus irmãos, e enviaram-nos para a prisão comarcã de Dili. Tambem foram presos em Baucau alguns colegas meus, Adolfo Fraga, António Espirito Santo, Benjamim Guterres, Isidoro Ximenes e Carlos Alves, que depois desapareceram.

Na prisão comarcã de Dili não tinhamos autorização para receber visitas dos familiares, não recebiamos uma alimentação normal nem assistência médica. As nossas condições só melhoravam nas vésperas das visitas da Cruz Vermelha Internacional ou de visitantes estrangeiros mas, após a sua partida, as más condições continuavam. (...)

Os prisioneiros que não eram presos políticos mas de delito comum, muito mais saudáveis e privilegiados que nós, eram os escolhidos para serem filmados e entrevistados. Quando, no dia 4 de Setembro de 1984, o Ministro dos Negocios Estrangeiros da Indonésia, Mochtar Kusumaatmadja, e o Governador de Timor, engenheiro Mário Carrascalão, visitaram a prisão, foram estes presos de deiito comum que foram filmados e entrevistados.

Muitos prisioneiros politícos eram obrigados a assinar falsas confissões que eram em seguida utilizadas para encenar simulacros de julgamentos. Duas advogadas indonésias de Kupang eram designadas pelo tribunal para defender os réus mas não ,tinham contacto com os prisioneiros. De facto as advogadas trabalhavam com a acusação e o juiz para elaborar as condenações e atribuir as penas que já tinham sido decididas pelos militares. Eu próprio, e 49 outros, recusámos assinar essas confissões falsas e por isso nunca fomos julgados. Em 27 de Abril de 1985, depois de 20 meses de prisão , aqueles que tinhamos recusado colaborar com estes julgamentos fomos libertados. Fomos então obrigados a apresentar-nos todas as semanas no comando militar indonésio.

Mais tarde, regressado a Baucau, vi no dia 17 de Agosto de 1987 muitas pessoas capturadas pelos militares indonésios, em represália aos ataques dos guerrilheiros a Laisors-Lai (Quelicai) e a Seical (Baucau). Estas pessoas foram interrogadas e torturadas pelos Boinas-Vermelhas, à meia-noite no hotel Flamboyant, em Baucau. Os mais suspeitos foram enviados para Dili e permaneceram nas prisões dos Boinas-Vermelhas em Dili.

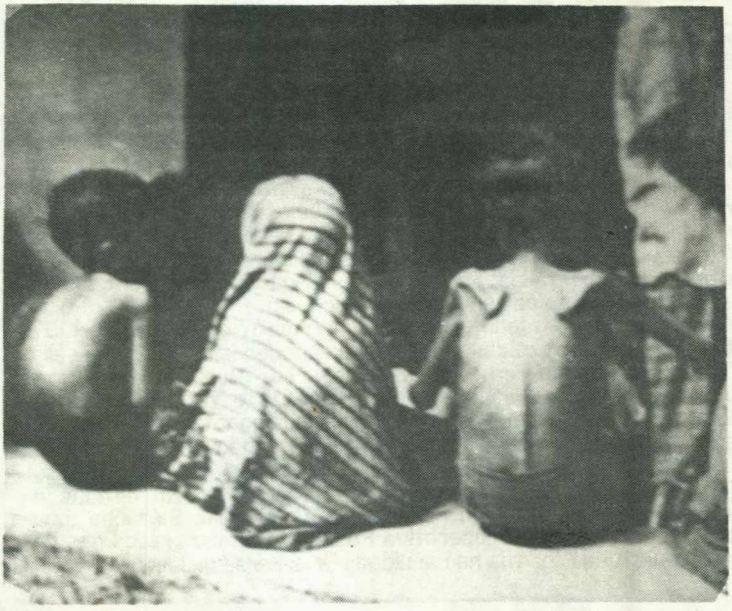
Em janeiro de 1988, depois da minha fuga, foram detidos e interrogados Abel da Costa Ximenes e Joaquim Saldanha que trabalhavam comigo na cooperativa Puskud, e o meu primo Egas da Costa que estuda Filosofia na Faculdade Driarkara,em Jacarta."

"Enquanto os militares indonésios permanecerem em Timor-Leste, nunca será possível a paz no território, porque o medo, a tortura, os interrogatórios, os massacres, as violações, as detenções arbitrarias e as execuções são o flagelo constante do povo de Timor-Leste. (...)

Permita-me agradecer-lhe a oportunidade de fazer esta intervenção. Permita-me igualmente pedir-lhe que tome medidas para proteger a minha família em Timor-Leste contra quaisquer represálias dos indonésios devido à minha intervenção neste lugar.

Obrigado, Senhor Presidente."

in revista Além-Mar



Depois de lermos as frases desanimadoras que estes testemunhos nos transmitem, atentemos nas declarações proferidas pelo Embaixador Indonésio nas Nações Unidas, sr. Hafjim Djalal, quando entrevistado em 1981.

"H. Djalal - Em Timor-Timur, a 27a. província da Indonésia, não há fome nem guerrilha, ao contrário do que dizem os inimigos da Indonésia.

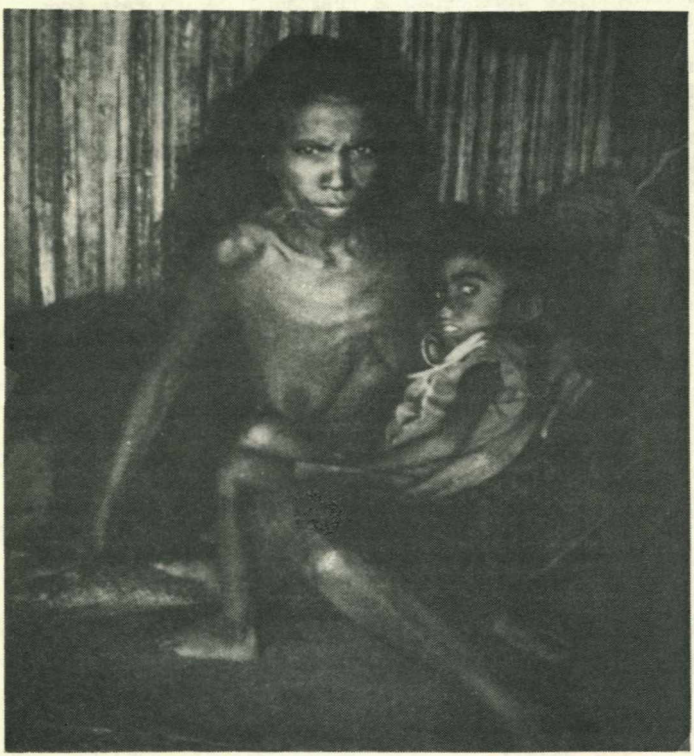
Entrev. - Há quem diga que tanto a fome como a violência andam a fazer mortos em Timor Leste ...

H. Djalal - Isso e uma invenção das forças que estão contra a Indonésia.

Entrev. - Então não há problemas em Timor ?

H. Djalal - Não. Houve sim, mas no tempo da guerra civil, quando os portugueses fugiram de lá. Aliás, a questão de Timor só existiu para nós nessa altura. Hoje, a questão de Timor não existe.Ou então só existe para Portugal..."

Excerto da entrevista efectuada em 1981 por Rui Araújo para o programa " Grande Reportagem "



Uma província para a Indonesia ?

No passado dia 7 de Dezembro completaram-se 13 anos sobre a ocupação ilegítima de Timor-Leste, pelas tropas indonésias. A situação no território, que até há bem pouco aparentava alguns sinais de insolubilidade, tem-se revestido, nos últimos tempos, de alguma esperança para o povo Maubere.

Desde 1987 tem-se registado um aumento do apoio a causa da autodeterminação do povo timorense, por parte da comunidade internacional. Algumas instâncias, que demonstram não ter esquecido a questão, tomaram posições no sentido de pressionar o governo de Jacarta a retirar as suas forças militares do território, ainda sob administração portuguesa.

Foi durante o ano passado que Portugal "finalmente" se fez ouvir, desenvolvendo vários esforços no campo diplomático, que até então se tinham mostrado quase ineficazes. Foi, em parte, graças a Comunidade Económica Europeia, através de um documento aprovado logo no início do ano, que a Indonésia se viu amplamente condenada pela invasão de Timor; ao longo do ano, a questão voltou a ser levantada variadas vezes na Comissão Política do Parlamento Europeu, sendo de salientar a apresentação de um relatório pela deputada Holandesa Ien van den Heuvel. Este documento veio confirmar uma vez mais que os Direitos Humanos do povo Maubere estavam a ser desrespeitados e apoiar o seu direito à autodeterminação, defendendo a realização de um referendo à população sobre a integração de Timor na República Indonésia.

No seu discurso perante a Assembleia Geral da O. N. U. em Setembro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal aludiu novamente à questão, e, aproveitando a onda de intervenção da organização na procura de soluções para os conflitos regionais , enquadrou-o no âmbito dos mesmos, equiparando-o à situação existente no Afeganistão e na Namíbia.

Verificou-se ainda um certo esforço no sentido de coordenar a actividade de Portugal com a das ex-colónias africanas. Com este fim, bem como para tornar melhor conhecidos os factos do genocídio perpetrado pela Indonésia, o M. N. E. enviou a diversos países um relatório no qual se afirma que um terço da população do território (estimada em 650 mil habitantes) foi já dizimado pelas tropas indonésias desde o comeco do diferendo. No mesmo relatório eram ainda analizados os principais erros cometidos por Portugal desde a ocupação, em 1975.

Entretanto, a visita do presidente indonésio a Timor, para a qual estava anunciada a abertura das fronteiras, foi rodeada de inúmeras medidas de segurança, nas quais se incluiu a detenção prévia de cerca de 3 mil timorenses.

A guerrilha prosseguiu ao longo do ano, tendo os ataques mais recentes decorrido a 31 de Dezembro, altura em que forças da

FRETILIN destruiram um posto indonésio, causando sete baixas e capturando todo o material bélico. No mesmo dia outros ataques foram conduzidos em Dili, Lahane, Taibesse, e na zona Sudeste da ilha na qual alguns soldados indonésios do batalhão 745 desertaram, vindo a juntar-se às forças da guerrilha.

As zonas ocupadas continuam a ser abandonadas pelos habitantes locais: em Dezembro 58 famílias abandonaram a área de Viqueque, após o que se dirigiram para as montanhas, juntando-se também às forças da guerrilha.

A desmoralização da Forças Armadas Indonésias face a uma guerra sem fim aparente começa entretanto a fazer-se sentir, sendo disso exemplo a prisão de dois pelotões pertencentes aos batalhoes 744 e 745, sob suspeita de participarem nas organizações clandestinas da resistência Maubere.

"Quando uma resistência sobrevive, tão tenaz, ao fim de mais de doze anos, lutando contra a quinta nação mais populosa do mundo, numa ilha sem rectaguardas e sem qualquer apoio de terceiros, nem sequer da potência administrante, é porque as causas da sua luta são muito profundas, é porque o povo do território a apoia e também porque a potencia ocupante não é omnipotente ..."

A. Barbedo de Magalhães, in Além-Mar

Falta a Portugal, agora fortemente apoiado pela comunidade internacional, estabelecer diálogo com as forças da resistência e procurar que estas participem nas negociações que se encontram a decorrer sob a égide do Secretário-Geral da O. N. U. desde 1982.A FRETILIN e a UDT estão unidas desde 1986 na Convergência Nacionalista, tendo aparecido desde então juntas em diversas reuniões defendendo a autodeterminação do povo Maubere e a independência de Timor-Leste. Não restam, pois, dúvidas quanto aos legítimos representantes da população de Timor.

"...muitos governantes e a maior parte do povo português permanecem adormecidos e indiferentes a este drama, que já vitimou tantos homens, tantas mulheres, tantos velhos e crianças deste povo, que tem a sua história ligada à nossa, e que um dia confiou em Portugal ... "

A. Barbedo de Magalhães, in Além-Mar

Apesar de todos os esforços desenvolvidos no sentido contrário, a vida em Timor-Leste continua sob o jugo dos dominadores indonésios. Não se trata de uma coexistência fácil ou pacífica. O documento do qual passamos a transcrever alguns excertos prova-o, apesar de não ser muito recente. Trata-se de uma reportagem efectuada em 1982 por um jornalista norte-americano,

Rod Nordland, um dos poucos a ser autorizado a visitar o território. Este trabalho de reportagem valeu-lhe o prémio POLK, um dos mais importantes prémios jornalísticos nos E. U. A..

"Timor-Leste, a ex-colónia portuguesa que foi anexada à força pela Indonésia, é uma Terra onde grassam a sub-alimentação e fome generalizadas. A colheita de cereais deste ano foi um sombrio fracasso, e apesar de muitos timorenses sofrerem com prolongadas faltas de alimentos, eles entrentam agora uma nova onda de fome, a segunda em cinco anos. A acrescentar à miséria de Timor-Leste, uma assistência médica inadequada não dá resposta, no essencial, à incidência de doenças.

A luta da guerrilha que dura há seis anos, continua a destrocar a população e as medidas anti-insurrecionais impostas pelo governo militar, retiram aos timorenses todos os seus direitos civis.

Existem milhares de prisioneiros políticos - a maioria dos quais apenas por estarem longinquamente relacionados com guerrilheiros do grupo conhecido por FRETILIN - Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste. Centenas de milhar de pessoas foram reinstaladas, numa política para despovoar as zonas rurais e retirar às guerrilhas o apoio político.

(...)

Estas conclusões são apoiadas por alguns membros da Igreja, funcionários civis e organizacoes de apoio.

No entanto, estas conclusoes são contestadas pelos oficiais indonésios, segundo os quais não houve qualquer escassez de colheitas neste ano, mas apenas casos isolados de sub-alimentacão. Tambem não existem prisioneiros politicos, mas antes centros de reabilitação onde os membros das famílias dos guerrilheiros são protegidos para seu próprio bem. As zonas rurais não foram despovoadas mas apenas reocupadas.

A recente visita incluiu viagens de helicóptero e jeep a quinze cidades e aldeias em oito dos treze distritos. Apesar da apertada e constante vigilância dos militares e funcionários civis indonésios, foi ainda possível observar claros indícios de sub-alimentação e doenças em grande escala, bem como opressão declarada.

(...)

Enquanto muitos dos timorenses entrevistados demonstraram um claro receio em falar, alguns deles fizeram-no, apesar de tudo, nomeadamente um que disse:

"Por favor digam ao mundo para ajudar o povo timorense."

Pelo menos seis dos entrevistados, segundo nos informaram, foram conduzidos mais tarde, ao quartel-general dos serviços militares e interrogados durante horas, àcerca do que tinham dito.

A imagem resultante foi a de uma população que encara os indonésios como uma força de ocupação estrangeira. Mesmo muitos "leaders" que anteriormente favoreciam a anexação pela Indonésia

se mostram desencantados, em alguns casos abertamente, com a lei indonesia ou pelo menos, com os militares indonesios que a representam aqui.

O comportamento daquelas autoridades militares "só pode ser descrito como sendo o comportamento de conquistadores em relação ao povo conquistado" -dizia uma petição apelando a uma ajuda, assinada por um membro pró-indonésio da assembleia da província, João Pedro Soares, a qual foi enviada ao governo central em Jacarta, no ano passado.

Algum tempo mais tarde, Soares e três outros membros do parlamento de Timor-Leste, cujos nomes apareciam na petição, desapareceram, reaparecendo um mês depois, e jurando que tudo tinha sido falso.

"Rod Nordland também entrevistou o Coronel Kalangie, comandante das tropas indonesias em Timor-Leste que, referindo-se às ilhas Faikland, afirmou:

"Os generais ingleses são fracos. Nao se deve ceder nem um pouco. Deve-se actuar imediatamente. Exactamente como nós fizemos aqui: actuámos rapidamente e só depois explicámos ao resto do mundo que já cá estávamos. É assim que se procede, tal como os russos fizeram no Afeganistão".

Este Coronel mostrou-se entusiasmado com a política de "reinstalação" das populações em 150 centros, com mais 50 planeados para o fim do ano.

"É a nossa civilização indonésia que nós trazemos", disse Kalangie "E não é fácil civilizar pessoas atrasadas!"...

"Em muitas coisas os indonésios fizeram bem, melhor até que os portugueses" - disse um timorense pró-indonésio numa entrevista. "Apenas falharam na justiça social e saúde". Mais tarde, ele foi levado e interrogado durante horas pelos serviços secretos militares."

Reportagem efectuada por Rod Nordland, em Maio de 1982
citado por António Barbedo de Magalhães em
Timor-Leste: Mensagem aos vivos

Fotografias de :

* Elaine Briére (através da C. D. P. M.)
* FRETILIN (através da Fundação Austronésia Borja da Costa)
* Amnistia Internacional
* Arquivo Grande Reportagem
* Rod Nordland

Agradecimentos :

* Dra. Luisa Teotónio Pereira
* Dr. António Barbedo de Magalhães
* Dr. Gaspar Sobral
* Dra. Teresa Mendes
* Dr. José Guterres
* Dr. Jean-Nicolas Lefileul
* Clara Pinto de Sá
* Prof. Dra. Maria Augusta Patrício
* Prof. Dra. Berta das Dores Afonso
* Grupo de Educação Física da E. S. I. D. M.
* Prof. Dra. Deolinda Paiva
* Prof. Dra. Teresa Alvim
* Dr. Reis Marques
* Prof. Dra. Luisa Urbano
* Dr. Secundino Correia

Colaboração :

* Comissão para os Direitos do Povo Maubere
* Fundação Austronésia Borja da Costa
* Amnistia Internacional - Grupo Local de Coimbra
* Alliance Française de Coimbra

Apoio Especial :

* CNOTINFOR - Centro de Novas Tecnologias da Informação , Lda

Apoios :

* Instituto da Juventude - Coimbra.
* Junta de Freguesia de Sto. António dos Olivais.
* Conselho Directivo da Escola Secundária Infanta D. Maria.
* AGFA GEVAERT .Lda.
* TEKA Portuguesa.
* VALENTINE.
* NORGRUPO.